

Estado-nação e hegemonia no século XX sob a perspectiva da teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi

Luísa Cruz Lobato¹

Mario Miguel Amin²

Resumo

O presente artigo busca compreender, na perspectiva da Teoria dos Ciclos Hegemônicos de Giovanni Arrighi, as dinâmicas econômicas, políticas e financeiras das mudanças de poder que ocorrem dentro e entre os Estados. Para tanto, faz-se uma breve análise da teoria da hegemonia nas relações internacionais, sustentando que o conceito se reveste do binômio consenso-coerção, elaborado por Antonio Gramsci e aplicado à política internacional por Robert Cox. Esse movimento permite contextualizar o processo de difusão de poder econômico e político dos Estados Unidos para outras regiões do globo, que tomou forma no começo da década de 1970.

Palavras-chave: Hegemonia; Teoria dos ciclos hegemônicos; Poder.

Resumen

Este artículo trata de explicar, usando la teoría de los ciclos hegemónicos Giovanni Arrighi, las dinámicas económicas, políticas y financieras de los cambios de poder que ocurren dentro y fuera de los estados. Por tanto, se hace un breve análisis de la teoría de hegemonía en las relaciones internacionales, argumentando que el concepto asume el binomio consenso-coerción, elaborado por Antonio Gramsci y aplicado a la política internacional por Robert Cox. Este movimiento permite contextualizar el proceso de difusión del poder económico y político de los Estados Unidos para otras regiones del mundo, que tomo forma en la década de 1970.

Palabras clave: Hegemonía; Teoría de los ciclos hegemónicos; Poder.

Introdução

O fenômeno da hegemonia nas Relações Internacionais tende a ser associado à existência do Estado nacional. Essa noção se compõe de uma perspectiva histórica de suas origens terminológicas e de uma perspectiva política, associada à teoria marxista, sobretudo sob a elaboração conceitual promovida por Antonio Gramsci na década de 30 do século XX.

Na Grécia Antiga, de onde nasce o termo, a hegemonia correspondia à dominância política e militar de uma cidade-Estado sobre a outra. Anos mais tarde, com

1 Mestranda em Relações Internacionais – PUC Rio. Contato : l.cruzlobato@gmail.com

2 Docente do Curso de Relações Internacionais da Universidade da Amazônia - UNAMA. Contato: marioamin@gmail.com

o advento do Estado-Nação, a ideia continuará a ser utilizada para se referir ao domínio e influência de um país em relação aos demais. Na tradição da escola crítica das Relações Internacionais, desenvolveu-se um corpo teórico robusto acerca dos fenômenos da hegemonia e da existência de ciclos hegemônicos.

As construções teóricas acerca dos elementos componentes do conceito de hegemonia e dos ciclos de acumulação inseridos no contexto de um “sistema-mundo” são visões de mundo que buscam explicar a dinâmica do complexo sistema internacional. Tendo isto por base, o presente trabalho analisa de que forma a ordem internacional pós-westfaliana, fundamento para o desenvolvimento da moderna teoria crítica da hegemonia, se articula no contexto da Teoria dos Ciclos Hegemônicos, tendo por base as premissas de centralidade do papel do Estado na promoção e manutenção do capitalismo internacional. Nesse sentido, aborda a contextualização teórica do conceito de hegemonia no seio da teoria marxista das Relações Internacionais, buscando compreender de que forma ela dialoga com a estrutura do Estado nacional. Esse movimento permite contextualizar a teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi, de modo a salientar as possíveis novas dinâmicas que compõem o alegado declínio da hegemonia dos EUA, que marcou profundamente o século XX.

Dessa forma, o presente artigo se divide em três seções: a primeira situa o papel do Estado-nação desde sua institucionalização formal, atribuída à Paz de Westfália e ao conjunto de tratados contemporâneos e subsequentes a ela. Em seguida, na segunda seção, são analisados os fundamentos da hegemonia moderna, atribuindo ênfase ao conceito crítico inicialmente formulado por Antonio Gramsci e aplicado por Robert Cox às relações internacionais. A terceira seção se divide em outras três subseções, que comportam a análise dos ciclos hegemônicos genovês e holandês, britânico e americano, respectivamente. Conclusivamente, demonstra-se que o alegado declínio do poder americano pode ser explicado por um fenômeno de difusão de poder para outros polos do globo sem, contudo, enfrentar a ascensão de um ciclo de acumulação concorrente.

Fundamentos da hegemonia moderna: a ordem internacional Pós-Westfália

No presente trabalho, busca-se trabalhar com o conceito de hegemonia no contexto da existência do Estado-Nação, nascido da ordem europeia dos séculos XVII e XVIII, com o

advento de uma série de tratados bilaterais e multilaterais, entre os quais se destacam os de Westfália e Utrecht.

Para Magnoli (2004), a Europa pós-medieval inventou o Estado moderno, sob a forma de monarquias absolutas, graças à centralização do poder medieval. Isto permitiu a organização da burocracia estatal pela instituição da cobrança generalizada de impostos, definição de fronteiras, formação de um corpo de funcionários burocráticos e do exército e, com isso, a construção da concepção de soberania territorial. Desse modo, o poder dos monarcas gradativamente se emancipou da autoridade político-religiosa ligada ao Sacro Império e passou a se concentrar na figura do rei e em seu governo. O rei assume a autoridade suprema acima de toda a população do país e não precisa mais agir por intermédio de terceiros. A transformação política fundamental marca o advento da Era moderna.

Jackson e Sorensen (2007) indicam que, embora nem sempre tenha feito parte da história humana, o modelo de Estado nacional há muito tempo atua como instituição central da política mundial. Um modelo semelhante de organização burocrática pode ser identificado na existência das cidades-Estado gregas, com algumas diferenças comparativas.

O moderno sistema estatal e o sistema capitalista mundial tiveram início há cerca de quinhentos anos. Dougherty e Pfalzgraff Jr. (2003) afirmam que a constituição sistêmica do passado era formada por “sistemas internacionais parciais”, que se restringiam a uma determinada cidade autônoma, como as cidades-Estados gregas e, mais tarde, as italianas.

Arrighi (1996) defende que o aspecto crucial da construção do moderno sistema internacional foi a constante oposição entre as lógicas capitalista e territorialista do poder, cujas contradições foram responsáveis pela reorganização do espaço político-econômico mundial pelo principal Estado cada época.

O fim Guerra dos Trinta Anos (1618-48) é um divisor de águas no caos que predominava na Europa no século XVII. O conflito é considerado a primeira guerra continental europeia e corresponde à série de guerras religiosas, territoriais, comerciais e dinásticas entre países europeus. Seu desfecho foi marcado pela assinatura dos tratados de Münster e Osnabrück, que compunham a denominada Paz de Westfália, e complementado, no século XVIII, com a Paz de Utrecht. O novo sistema era marcado pela ideia de que não havia uma autoridade ou organização superior aos Estados soberanos. Os Estados europeus

fariam parte de um sistema mundial único, fundamentado no equilíbrio de poder e no direito internacional.

Jackson e Sorensen (2007) sintetizam as características desse sistema estatal emergente: primeiramente, consistia de Estados contíguos, cuja legitimidade e independência foram mutualmente reconhecidas. Em segundo lugar, este reconhecimento dos Estados não se estendeu além das fronteiras do sistema europeu e seus Estados principais, vez que os demais países eram vistos, em geral, como inferiores politicamente. Em terceiro lugar, as relações entre os Estados europeus estavam sujeitas ao direito internacional e às práticas diplomáticas, portanto, a expectativa era de que os países cumprissem as regras do jogo. Por fim, constituiu-se uma balança de poder entre os Estados membros, cujo objetivo era impedir qualquer Estado de romper o controle e competir pela hegemonia que reestabeleceria, na verdade, um império sobre o continente (JACKSON; SORENSEN, 2007, p.39)

Na nova ordem anárquica que se seguiu, a liberdade das iniciativas privadas e de comércio contribuiu igualmente para o nascimento do capitalismo como sistema mundial. Arrighi (1996) afirma que foi no contexto da Paz de Westfália que as Províncias Unidas se tornaram hegemônicas, pois levaram uma poderosa coalizão de Estados dinásticos a enterrar o sistema de governo medieval e estabelecer as bases do moderno sistema Estatal.

A hegemonia na teoria das relações internacionais

Nas Relações Internacionais, a hegemonia, frequentemente, se associa ao Estado-Nação constituído pela ordem europeia. Essa noção se compõe de uma perspectiva histórica (origens terminológicas) e de uma perspectiva política, associada à teoria marxista, sobretudo sob a elaboração conceitual promovida por Antonio Gramsci na década de 30 do século XX.

Hegemonia deriva do homônimo grego “*hēgemonía*”, traduzido da ideia de liderança. Na Grécia Antiga, aludia principalmente à dominância política e militar de uma Cidade-Estado sobre a outra. Litowitz (2000) ensina que a concepção foi também utilizada para fazer referência à dominação da Prússia sobre os Estados germânicos e da França sobre suas colônias, no século XIX, e, dessa forma, passou a abarcar também a dominação entre

Estados nacionais. É importante ressaltar que a percepção de hegemonia contempla a dominação por meios implícitos de poder, a exemplo da cultura, da língua, entre outros, e não necessariamente a dominação condicionada pelo uso do poderio militar.

Nesse ponto reside, sobretudo, uma distinção clara entre a hegemonia e a pura dominação, na medida em que a primeira necessita do consentimento dos subordinados. Enquanto a dominação é fundada na coerção, a hegemonia consiste no poder de universalizar as questões passíveis de conflito. É nesse contexto que Arrighi (1996) expõe a distinção entre ambas:

A dominação será concebida como primordialmente fundamentada na coerção; a hegemonia, por sua vez, será entendida como poder adicional, que é conquistado por um grupo dominante, em virtude de sua capacidade de colocar num plano “universal” todas as questões que geram conflito (ARRIGHI, 1996, p.29).

O conceito de hegemonia de Antonio Gramsci é adequado por Cox (1983) ao cenário internacional. O autor analisa as características da hegemonia gramsciana, salientando que o conceito foi inicialmente concebido tendo em vista a classe proletária e o partido comunista italiano, sendo caracterizado como a capacidade de as classes dominantes condicionarem o comportamento das subalternas. Nesse sentido, são duas as formas de manifestação da supremacia de um grupo social: a dominação e a liderança moral e intelectual. Assim, a concepção gramsciana de hegemonia a define de acordo com a ideia de consentimento espontâneo das massas populares à direção dada à vida social pelo grupo dominante. Dado consentimento tem suas origens na posição e função proeminentes desse grupo dominante em relação à produção global.

Cox (1983) indica que a hegemonia gramsciana é constituído por duas tendências: a primeira originou-se dos debates da Terceira Internacional Comunista e a segunda é oriunda dos escritos de Nicolau Maquiavel. No primeiro caso, o reconhecimento da hegemonia de uma classe se localizaria no seio da sociedade civil, e seus detentores não necessariamente se encontravam na posição de governo, o que permitiu um alargamento da concepção de Gramsci acerca do Estado. No segundo caso, a combinação consentimento-coerção se manifesta na figura mitológica do Centauro. Quando ambos, consentimento e coerção, funcionam harmonicamente em um conjunto, o sistema se caracteriza como o Centauro, que corresponde aos polos duplos de força: o Estado e a Sociedade Civil. O consentimento deve

sempre prevalecer quando se trata de hegemonia, enquanto a coerção deve ser aplicada somente em casos excepcionais.

Nessa perspectiva, o estabelecimento da ideologia dominante requer mecanismos de universalização, naturalização e racionalização. Universalização significa tornar os interesses dos grupos dominantes comuns a todas as pessoas. Por naturalização, entende-se que os aspectos culturais dominantes são um fato da vida, naturais a ponto de não serem contestados. Finalmente, por racionalização, tem-se a classe de intelectuais responsáveis por teorizar e difundir o modelo de vida existente na sociedade. Em suma: a hegemonia considera que a dominação mais efetiva se dá quando ambas as classes dominante e dominada acreditam que a ordem vigente é satisfatória, ou minimamente reflete boa parte de suas expectativas.

Cox (1983), no entanto, afirma que a hegemonia não se restringe a lutas de classes, tendo amplitude suficiente para ser empregada em quaisquer relações de dominação e subordinação, incluindo as do sistema internacional. No panorama internacional, a hegemonia não é apenas a ordem entre Estados, é, também, a ordem em que predominam um modo econômico de produção com capacidade de se expandir para todos os países e um complexo sistema de relações sociais que envolve diferentes classes de diferentes países. Nesse contexto, para Cox (1983), a hegemonia pode ser expressa nos seguintes termos:

World hegemony is describable as a social structure, an economic structure, and a political structure; and it cannot be simply one of these things but must be all three. World hegemony, furthermore, is expressed in universal norms, institutions and mechanisms which lay down general rules of behavior for states and for those forces of civil society that act across national boundaries - rules which support the dominant mode of production (COX, 1983, p.61).

Cox (1983) ainda indica que um período de estabelecimento de uma hegemonia é denominado hegemônico, enquanto um período no qual não se verifica tal dominância pode ser denominado como não hegemônico. Assim, o autor divide os períodos hegemônicos em quatro: primeiramente, o predomínio britânico, que durou de 1845 a 1875, seguido por um desequilíbrio no balanço de poder, em que predominou uma fase não hegemônica, durante o período entre 1875 a 1945, e, por fim, os dois últimos períodos relativos às décadas de

1945 a 1965, deste ano em diante, marcadas por uma visível predominância dos EUA na seara internacional e seu conseqüente declínio, passível de gerar transformações estruturais.

Uma visão complementar é apresentada por Hendler e Reis (2010), que sintetizam três elementos cruciais no entendimento do conceito de hegemonia, quais sejam: o poder bicéfalo maquiavélico consenso-coerção, a capacidade de o Estado guiar o sistema pela construção de um sistema de alianças entre diferentes grupos e o exercício de um papel central na economia, ou seja, no modo de produção.

Em Sader (2005), a hegemonia tem diversas vertentes e não apenas a de dominação militar: ela engloba também a influência cultural e ideológica. Nesse aspecto, o fator persuasão e sua capacidade de difundir a cultura e as visões da hegemonia fazem com que a dominação militar e o poderio econômico não se configurem como os únicos elementos de uma hegemonia. O conceito implica, ainda, a articulação de um conjunto de fatores que conduzem à posição de dominância de uma dada potência no sistema internacional.

Já Arrighi (1996, pg.27) entende hegemonia como a “capacidade de um Estado de exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas”. Isto pode comportar a gestão habitual e corriqueira do sistema vigente, mas, principalmente, a existência de um meio de ação transformadora com capacidade de alterar fundamentalmente o funcionamento desse sistema.

O autor distingue a dominação pura e simples, entendendo que essa modalidade de liderança também ocorre do plano moral. Para Arrighi (1996), um determinado Estado exerce o papel de hegemônico ao liderar o sistema estatal na direção desejada ou então ao tornar comum à maioria sua via de desenvolvimento, manifestando um poder estrutural. Desse modo, o autor incorpora o principal elemento representativo da hegemonia gramsciana, que se traduz no consenso. O desenvolvimento desse conceito de hegemonia permitiu a Arrighi (1996) elaborar uma teoria que busca explicar a forma como ocorreram as diferentes estruturações e reestruturações de poder no sistema internacional ao longo dos séculos. A análise da denominada Teoria dos Ciclos Hegemônicos será feita no tópico seguinte.

A teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi

Nas seções anteriores, viu-se que a estrutura do Estado-Nação que emergiu em razão dos eventos internacionais ocorridos nos séculos XVII e XVIII é albergada pela abordagem

crítica da teoria da hegemonia, cujo conceito aqui estudado encontra raízes históricas na Grécia antiga e destaque nas definições teóricas gramscianas adotadas por Cox (1983) e Arrighi (1996).

A Teoria dos Ciclos Hegemônicos se insere no contexto das teorias do sistema-mundo e analisa a dinâmica da ordem capitalista e das relações de poder nela inseridas. Os ciclos da hegemonia são abordados em Arrighi (1996) e Wallerstein (1996). O último autor estabelece a divisão econômica do trabalho entre o centro e a periferia do sistema internacional e a concentração ou dispersão de poder referente a Estados dominantes, identificando curtos períodos de exercício do poder hegemônico, relacionados ao sistema-mundo nos últimos cinco séculos: Holanda (1625-1672/75), Grã Bretanha (1763-1873) e dos Estados Unidos (1945-1965/67). Nesse contexto, o declínio cíclico da hegemonia enseja um período de dispersão de poder e competição entre os países rivais centrais no sistema. No entanto, distintamente do modelo arrighiano, que comporta tanto fases de expansão produtiva e financeira do capitalismo, o modelo de Wallerstein se concentra primordialmente no último.

O modelo de Wallerstein (1996) considera que a ascensão de uma hegemonia é mero reflexo do sistema. As propriedades deste sistema agiriam como forças que coagem e ordenam as escolhas dos Estados hegemônicos. Esse movimento é criticado por Arrighi (1996) na medida que não considera o fato de as sucessões hegemônicas resultarem em uma reorganização fundamental do sistema capitalista, sinalizando mudanças em suas propriedades essenciais.

Dessa forma, Arrighi (1996) argumenta que a economia mundial capitalista se compõe de Estados fortemente hierarquizados, que delimitam as posições dos demais países. O autor aponta para a existência de ciclos sistêmicos de acumulação capitalista nos quais duas formas de acumulação ocorrem: uma de caráter material, com o aumento dos fluxos comerciais entre nações, e outra caráter financeiro, marcada pela acentuação da liquidez mundial.

Cada ciclo, denominado hegemônico, se caracterizaria pelo exercício de uma posição central na economia mundial por um determinado país, em seu tempo, e pela realização de ações transformadoras nesse sistema, reorganizando-o. Arrighi (1996) destaca a ocorrência de quatro ciclos ao longo da história: o italiano, o holandês, o britânico e o americano. Em

cada um desses momentos, a potência hegemônica em questão desempenhou ambos os papéis, de acumulação de capital e liderança, na formação dos Estados.

A abordagem de Arrighi (1996) aproveita o termo longo século para tratar dos períodos de reestruturação mundial, vez que a flexibilidade do sistema capitalista e sua capacidade de adaptação a crises permitiram longos períodos de crise, estruturação e reorganização no curso da história.

Nesse contexto, um ciclo sistêmico de acumulação corresponde ao período composto pela alternância entre fases de expansão material e fases de renascimento e expansão financeiras. No primeiro caso, o capital monetário é movimentado por uma crescente produção. No segundo, uma massa crescente de capital monetário se “liberta” da forma de mercadoria e passa para a esfera dos acordos financeiros, por meio dos quais se dá prosseguimento ao processo de acumulação.

As fases de expansão material representam mudanças contínuas nas quais as economias crescem por meio de uma única via de desenvolvimento. Já as fases de expansão financeira correspondem a mudanças descontínuas nas quais Arrighi (1996, p.9) afirma que o “crescimento pela via estabelecida já atingiu ou já está atingindo seus limites, e a economia capitalista mundial ‘se desloca’, através de reestruturações e reorganizações radicais, para outra via”.

O processo de ciclo hegemônico é finalmente marcado pelo caos sistêmico, que pode ser definido como:

[...]uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro do qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou porque um novo conjunto de regras e normas de comportamento é imposto ou brota de um conjunto mais antigo de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas duas circunstâncias (ARRIGHI, 1996, p.30).

O processo de financeirização do mundo marca o ponto de partida do declínio do poder hegemônico de uma nação quando gera, para a hegemonia do momento, um excesso de liquidez, que permite duas formas de concentração de capital: uma interna e outra externa a ela. Nesse sentido, o processo de concentração no interior da estrutura hegemônica propicia uma reanimação no modelo de acumulação. No entanto, a acumulação ocorrida às margens do raio de ação da hegemonia é causa determinante de seu declínio, uma vez que

leva à criação de estruturas regionais de acumulação que desestabilizam o antigo regime e abrem caminho para a emergência de um novo.

Em suma, a noção de ciclos sistêmicos está relacionada a um momento de maturidade da economia capitalista mundial, fase anunciada pela guinada do comércio de mercadorias para o comércio de moedas, ou seja, pela passagem da fase de expansão material para a fase de expansão financeira. O interlúdio entre dois ciclos é marcado por um período de caos sistêmico que não necessariamente marca a obliteração da potência hegemônica anterior, mas tão somente a perda de sua dominação no campo econômico e financeiro.

Ressalta-se que o conceito de ciclo hegemônico ou ciclo sistêmico de acumulação de Arrighi difere, em determinados aspectos, da concepção de economia-mundo abordada por Wallerstein. Ianni (2001) enfatiza essa diferença ao sinalizar que Arrighi fala da existência de prolongados ciclos de acumulação no contexto dos quais uma economia capitalista se torna proeminente em relação às demais, enquanto Wallerstein encurta a duração de um ciclo hegemônico, expondo uma forma distinta de concepção de economia-mundo capitalista que:

[...]está permeada de economias-mundo menores ou regionais, organizadas em moldes coloniais, imperialistas, geoeconômicos e geopolíticos. Ao longo da história da economia-mundo capitalista houve e continua a haver a ascensão e queda de grandes potências, como centros dominantes de economias - mundo regionais (IANNI, 2001, p.38).

Nesse contexto, tornar-se-ia possível incluir os casos de Portugal, França, Alemanha e Rússia, não fosse a distinção fundamental entre ambas as concepções, que reside na ideia de hegemonia adotada por Arrighi e já explorada no presente trabalho, que envolve a capacidade de liderança do Estado sobre o sistema de nações soberanas e a existência de uma ação transformadora, capaz de alterar fundamentalmente o funcionamento do sistema.

Com base nos elementos supracitados, Arrighi (1996) identifica a existência de quatro ciclos sistêmicos de acumulação: um ciclo genovês (italiano), um ciclo holandês, um ciclo britânico e um ciclo norte-americano. Cada ciclo aponta para uma fase de continuidade nos processos de acumulação de capital, ao mesmo tempo em que representam rupturas nas estruturas que moldaram dado processo durante os séculos.

Tendo isto por base as subseções, será abordado, a seguir, o contexto de cada um dos ciclos hegemônicos identificados em Arrighi (1996) para assim chegar à dinâmica do ciclo predominante no século XX.

O ciclo Italiano e o ciclo Holandês

Entre os séculos XIII e XIV, a península itálica vivenciou a primavera de sua expansão comercial graças ao domínio das rotas de comércio asiáticas. Durante esse período, as quatro grandes cidades italianas – Florença, Gênova, Milão e Veneza – sustentaram uma relação de cooperação comercial, fundada em uma divisão das atividades comerciais e industriais entre elas. Contudo, a expansão financeira que se sucedeu à fase comercial não foi igualmente aproveitada pelas cidades. Por esta razão, Arrighi (1996) identifica a delineação dos agentes do primeiro ciclo sistêmico em estudo: o genovês.

O ciclo genovês (italiano) ocorreu durante a Idade Média e divergiu fundamentalmente do panorama político vigente na época, em virtude de sua capacidade de flexibilização. De acordo com Arrighi (1996, p.113), “o capitalismo genovês (...) moveu-se em direção à formação do mercado e a estratégias e estruturas de acumulação cada vez mais ‘flexíveis’”. Essa flexibilização traduziu-se no estímulo à atividade bancária. O aproveitamento das altas finanças, originalmente uma invenção florentina, permitiu a Gênova se aproveitar de estruturas de acumulação mais flexíveis, mantendo o capital excedente em estado de liquidez.

Com a fase de expansão material inviabilizada pela conjuntura política externa, cujo principal e mais significativo evento foi a deterioração do comércio eurasiático, e diante da compressão da atividade comercial, a burguesia genovesa precisou encontrar uma nova maneira de exercer sua atividade. Conforme atesta Arrighi (1996), o declínio da parceria entre as classes aristocrática e burguesa foi consequência da compressão da atividade comercial e resultou na “refeudalização” da primeira, o que deixou a classe burguesa local desprotegida e carente de oportunidades. Isto a levou a buscar uma solução e novos parceiros:

À medida que o império militar-comercial construído pelos genoveses nos séculos anteriores começou a se desintegrar e que a aristocracia rural genovesa retirou-se do comércio, “refeudalizando-se”, o componente burguês das classes mercantis genovesas passou a ser “afligido” por uma grave e crônica desproporção entre, de um lado, suas imensas reservas de capital, informações, conhecimentos comerciais e ligações, e de outro, sua reduzida capacidade de proteger a si mesmo e ao seu tráfego num mundo cada vez mais competitivo e hostil. A Península Ibérica foi o lugar que ofereceu as

melhores perspectivas para uma resolução rápida e favorável dessa desproporção fundamental (...) (ARRIGHI, 1996, p.120).

A opção pela Península Ibérica atendeu a três fatores fundamentais: o primeiro foi a existência de alguma influência genovesa na região, o que permitiu que, diante da pressão externa, os negócios genoveses recuassem para essa área, considerada mais segura. O segundo fator foi o comércio: a região era de vital importância estratégica para que os genoveses pudessem ampliar seu controle sobre o ouro africano, dado que Veneza tinha, na época, maior controle sobre a Prata alemã e as especiarias asiáticas. O terceiro e último fator era a necessidade de novas parcerias capazes de assegurar aos burgueses genoveses alguma proteção.

Para Arrighi (1996), a expansão material do ciclo genovês foi promovida e organizada por um agente dicotômico formado por um componente aristocrático territorialista (ibérico) – que se especializou no fornecimento de proteção e na busca de poder – e por um componente burguês capitalista (genovês), que se especializou na compra e venda de mercadorias e na busca de lucro.

Até meados do século XVI, Gênova gozou de uma posição privilegiada na gestão das altas finanças europeias na forma de um proveitoso intercâmbio político com a Espanha Imperial, o que lhe permitiu se dedicar à exploração das atividades comerciais enquanto as atividades de gestão de guerra e Estado ficavam a cargo de seus parceiros Ibéricos. Esse cenário viria a mudar com a ascensão da Holanda no cenário das altas finanças internacionais.

O marco divisor de águas entre a perda da proeminência genovesa no setor das altas finanças e a ascensão holandesa foi a guerra de independência holandesa, da qual a Espanha Imperial saiu enfraquecida.

De acordo com Arrighi (1996), o lucro holandês proveio de duas fontes: a primeira, do arrocho invertido aos espanhóis, que permitiu o enriquecimento do país; a segunda foi o controle do abastecimento de cereais e suprimentos navais oriundos da região do Báltico, suprimentos esses que se tornaram fundamentais diante da escassez em plena guerra:

Como no desenvolvimento do capitalismo no norte da Itália três séculos antes, tudo que os negociantes holandeses tiveram que fazer para se tornar líderes do processo de acumulação de capital foi “deixar-se levar pelo vento que

estivesse soprando e [aprender] a manobrar suas velas de modo a tirar proveito dele” (ARRIGHI, 1996, p.136).

Nesse contexto, os holandeses se aproveitaram do desequilíbrio entre a demanda e a oferta de suprimentos na Europa ao mesmo tempo em que evitaram expandir o mercado de suprimentos para não alterar seus benefícios. Dessa forma, seus excedentes de capital foram investidos em terras, fontes de renda que se caracterizaram como traço precoce de seu capitalismo.

Distintamente do que ocorreu na Itália, onde a estratégia de acumulação de Veneza se concentrava, sobretudo, em sua autossuficiência na gestão do Estado, e a estratégia de acumulação de Gênova baseava-se, fundamentalmente, na expansão mundial pautada no intercâmbio político com a Espanha, Arrighi (1996) aponta que a Holanda foi capaz de aliar ambos os modelos: a classe comercial holandesa estabeleceu uma sólida relação política com a Casa de Orange, o que possibilitou com que o capitalismo holandês se tornasse autossuficiente nas questões de Estado e guerra.

Arrighi (1996, p.148) também salienta uma importante distinção entre o ciclo genovês e o ciclo holandês, apontando que as diferenças entre ambos são numerosas, “mas todas podem ser referidas ao fato de que o regime de acumulação holandês, comparado e relacionado com o genovês, ‘internalizou os custos de produção’”. Esse fenômeno foi perfeitamente visível por meio da atuação da companhia holandesa de navegação *Verenigde Oost-Indische Compagnie* (VOC), que otimizou os retornos financeiros.

O capitalismo holandês se pautou na liquidez causada pelo controle dos suprimentos no Báltico, pelo arrocho invertido imposto à Espanha e, um pouco mais tarde, pela criação da Bolsa de Valores de Amsterdã, que mobilizou e direcionou o capital excedente de toda a Europa para a Holanda. Outra estratégia holandesa foi a fundação de companhias de navegação, entre as quais se destacou a VOC, que funcionou como verdadeiro instrumento de expansão das redes comerciais e financeiras holandesas para o mundo inteiro. Esse fato, em particular, possibilitou a centralização do comércio das altas finanças mundiais em Amsterdã e igualmente acesso privilegiado a mercados lucrativos.

Ao presenciar o sucesso do exemplo da Holanda, os Estados territorialistas europeus buscaram imitá-lo pelo desenvolvimento de diversas formas de mercantilismo. O sucesso dos mercantilismos inglês e do francês passou a restringir a capacidade de expansão em

escala e alcance do sistema comercial holandês. Para Arrighi (1996), o que condicionou o declínio do sistema comercial holandês nas décadas de 1720 e 1730 foi a onda de mercantilismo industrial que varreu o continente europeu.

O súbito aumento na competitividade interestatal forçou a classe comercial holandesa a se retirar do comércio e se dedicar às altas finanças. Arrighi (1996) explica que o acirramento da competição em território europeu dificultou a manutenção do sistema de comércio mundial holandês e contribuiu para aprofundar as demandas por crédito por parte dos governos.

As demandas provocadas pela escalada de conflitos entre as potências territorialistas foram, a princípio, favoráveis. Contudo, apesar de os Holandeses desejarem manter distância do conflito, eles logo se viram arrastados para ele e as consequências foram desastrosas. A participação na Guerra de Independência Americana ensejou a retaliação britânica e a aniquilação do poder naval holandês. Arrighi (1996, p.148) aponta que essa derrota apressou “a substituição de Amsterdã por Londres como entreposto financeiro da economia mundial europeia (sic)”.

O ciclo Inglês

Como nos ciclos de acumulação anteriores, houve um período de transição entre o ciclo holandês e o ciclo inglês em que ambas as potências atuaram com um papel importante no comércio internacional. E tal como nas experiências passadas, o fim da dominação holandesa nas altas finanças não implicou a ruína do capital holandês.

As Províncias Unidas vivenciaram uma época áurea de sua economia, com um império sem precedentes na região do Índico. Esse império, criado pela aquisição de territórios, favorecida pela reestruturação de redes de comércio holandesas, viria a ser seu ponto fraco. Como sinala Arrighi (1996, p.161), os sucessos da empresa “na construção de um império acrescentaram um novo estímulo à onda mercantilista que vinha minando por dentro e por fora a supremacia comercial holandesa”. O fortalecimento da atração especulativa e do investimento em papéis estrangeiros, em especial, os ingleses, por outro lado, permitiu que o capital excedente holandês passasse a fluir para a Inglaterra.

Na posição de credora do mercado de ações holandês e com a dominância nas altas finanças, a Inglaterra gozava de abundância de crédito, o que favoreceu o aumento dos

gastos públicos ingleses e o processo de expansão da indústria de bens e capitais, com ênfase para as indústrias siderúrgica e têxtil. O processo de acumulação comercial britânico no século XIX comportou tendências de expansão do comércio para o mundo. A agilidade com a qual o capital monetário era convertido em mercadoria contava com a ajuda do desenvolvimento dos meios de transporte. Tanto a movimentação, quanto a aceleração na expansão material do capital britânico resultaram no que hoje se conhece pela globalização da economia.

No princípio do século XVII, os Tratados de Westfália colocaram um ponto final na desordem instaurada pela Guerra dos Trinta Anos na Europa. Ao final da Guerra dos Sete Anos, a Grã-Bretanha encerrava a luta com a França pela supremacia política na Europa, e o período que se seguiu ao final do conflito foi de caos sistêmico. Apenas em 1815, com o Tratado de Viena e com o Congresso de *Aix-la-Chapelle*, que puseram fim às violações empreendidas pelas tropas napoleônicas ao sistema criado em Westfália, o Reino Unido pôde, enfim, tornar-se hegemônico. A inovação em relação à hegemonia holandesa se referia ao fato de o Reino Unido empreender uma grande reorganização do sistema que agora ele próprio podia governar.

A supremacia britânica somente foi possível em razão de sua capacidade de transformar a sua posição insular em uma vantagem competitiva. Enquanto a Espanha e a França, suas principais rivais, gastavam energia e recursos em batalhas próximas a si, o Reino Unido canalizava suas energias e recursos em sua expansão marítima. De acordo com Arrighi (1996):

Os sucessos britânicos na expansão marítima aumentaram a pressão sobre as nações na Europa continental para se manterem à altura do crescente poder mundial da Grã-Bretanha. Mas esses sucessos também forneceram à Grã-Bretanha os meios necessários para administrar o equilíbrio de poder na Europa continental a fim de manter seus rivais ocupados perto de casa. Com o tempo, esse círculo virtuoso/vicioso colocou a Grã-Bretanha numa posição em que ela pôde (*sic*) eliminar da expansão marítima todos os seus concorrentes e, ao mesmo tempo, tornar-se senhora incontestável do equilíbrio de poder na Europa (ARRIGHI, 1996, p.51).

O sistema que o Reino Unido criou foi o do imperialismo de livre comércio, que suplantou o de Westfália em virtude das novas dinâmicas dele oriundas, entre as quais destaca-se que um grupo de Estados controlados por comunidades nacionais aliou-se aos

até então tradicionais dinásticos westfalianos, e o processo de centralização sem precedentes do poder mundial ficou nas mãos do Reino Unido. O país obteve uma forma de dominação imperial sem precedentes, sendo ela a principal razão para se denominar como imperialismo a hegemonia mundial da Grã-Bretanha no século XIX.

De acordo com Arrighi (1996), o imperialismo de livre comércio inglês estabeleceu o princípio de que as leis internas estabelecidas entre as nações se sujeitavam ao mercado mundial (entendido basicamente como uma entidade metafísica superior ao próprio Papa e que dispunha de leis próprias). Outro fator fundamental de inovação no ciclo britânico foi a concepção de uma “economia mundial” na qual foram verificados um amplo controle dos meios de pagamento e o surgimento de uma “moeda mundial”, tanto nos domínios ultramarinos quanto para os súditos da rainha e para os demais domínios políticos. Enquanto durou o padrão ouro, o governo britânico pôde gerir um sistema econômico e político consideravelmente mais amplo que qualquer outro império jamais havia feito.

Durante o século XIX, período em que a Grã-Bretanha se viu em posição privilegiada na política internacional, a competição selvagem de preços dos bens diminuiu drasticamente as margens de lucro e manteve os preços em um nível muito baixo, se comparado à alta observada durante o ciclo holandês. Isso gerou uma “Depressão”, que durou de 1873 a 1896. Imediatamente o que se seguiu foi uma “bela época” em que foram verificados a redução da competição entre essas empresas e aumento da lucratividade. Esse período foi de 1896 até o início da Primeira Guerra Mundial (1914-1919). Logo, os custos do imperialismo começariam a superar seus benefícios, começando a pesar para a Grã-Bretanha, resultando no desmantelamento do império. De acordo com Arrighi (1996, p.179): “mesmo antes do desmantelamento do império, contudo, o colapso do padrão ouro no que se refere à libra esterlina, em 1931, marcou a crise terminal da dominação britânica sobre o capital do mundo”.

O ciclo Americano: o ciclo hegemônico do século XX

O cenário competitivo de 1896 foi, a princípio, positivo pra a classe comercial britânica, mas logo se mostraria problemático. A luta pelo poder na Europa elevou os custos de proteção acima de seus benefícios para a maior parte dos Estados, inclusive a Grã-Bretanha. A partir de 1870, o Reino Unido passou a perder o controle sobre o equilíbrio de poder

européu. O que se verificou a partir desse período foi o aumento da concorrência interestatal, tal como já se havia verificado em ciclos anteriores. A França, a Rússia, a Austro-Hungria, a Itália e a Alemanha aumentaram exponencialmente seus gastos militares.

As ascensões dos EUA e da Alemanha afetaram a capacidade do Reino Unido de ocupar uma posição central na economia mundial. Arrighi (1996) aponta o que a ascensão das novas potências industriais representou para a Grã-Bretanha:

Os desafios alemão e norte-americano ao poderio mundial britânico fortaleceram-se mutuamente, comprometeram a capacidade da Grã-Bretanha de governar o sistema interestatal e acabaram levando a uma nova luta pela supremacia mundial, com uma violência e morbidez sem precedentes (ARRIGHI, 1996, p.59).

Os EUA mesclaram perfeitamente as lógicas territorialista e capitalista. Os ônus da Guerra dos Sete Anos, que a Grã-Bretanha tentou impor às suas colônias norte-americanas, e sua tentativa de impedir a expansão para oeste, acarretaram a eclosão da Guerra de Independência dos EUA. O conflito permitiu aos colonos reorganizar o espaço em que viviam, e o resultado foi, conforme Arrighi (1996, p.60), “um compacto ‘império’ territorial doméstico (...) caracterizado por custos de proteção substancialmente inferiores ao vasto império territorial ultramarino da Grã-Bretanha”.

Tanto a Grã-Bretanha quanto os EUA foram modelos que a Alemanha buscou reproduzir. Contudo, a Primeira Guerra Mundial e a realidade de sua posição geográfica lhe conferiram desvantagens com relação aos dois primeiros. Foi sua impressionante industrialização, concentrada principalmente nas inovações tecnológicas e militares, que lhe conferiu o desenvolvimento e ascensão como potência ainda na metade do século XIX. A nação que mais se beneficiou da escalada da luta interestatal pelo poder foram os EUA, que contavam com uma série de vantagens naturais e econômicas que lhes possibilitaram alcançar a posição de potência mundial.

Além dos fatores geográficos, tais como as dimensões continentais, a posição insular e a abundância de recursos naturais e os fatores de ordem política, a exemplo das medidas do governo americano de manter o mercado interno fechado aos produtos estrangeiros, mas aberto ao capital, à mão-de-obra e à iniciativa do exterior, transformaram o país no maior beneficiário do imperialismo de livre-comércio da Inglaterra. Além disso, de modo

privilegiado, os EUA estavam distantes do palco principal dos confrontos diretos durante as duas grandes guerras.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os EUA foram o principal destino dos investimentos britânicos. Ao entrar no conflito, suspenderam as restrições de empréstimos à Grã-Bretanha, que passou a tomar dinheiro emprestado do governo norte-americano para custear necessidades de guerra. O resultado disto foi o acúmulo de créditos pelos EUA, que readquiriram por um preço muito baixo parte dos investimentos que haviam ajudado a construir sua própria economia doméstica. Ao final da guerra, com o dólar americano na posição de moeda “madura” tal como a libra esterlina, os EUA equiparavam-se à Grã-Bretanha na produção e regulação do dinheiro mundial, mas ainda não haviam conseguido substituí-la. Os EUA, àquele momento, tinham apenas a potencialidade de governar o sistema internacional.

Arrighi (1996) entende que houve um esforço conjunto dos governos ocidentais, com a participação dos próprios EUA, de reestabelecer o sistema mundial anterior à Guerra. No entanto, isso teria antecipado sua crise terminal, dado que:

No intuito de estabilizar suas moedas, os governos recorreram a quotas de importação, moratórias e acordos de suspensão, sistemas de liberação e tratados de comércio bilaterais, acordos de trocas, embargos sobre as exportações de capital, controle do comércio exterior e fundos de equalização de trocas, cuja combinação tendeu a restringir o comércio exterior e os pagamentos externos (ARRIGHI, 1996, p.283).

Os EUA somente se tornaram hegemônicos após reinstaurar os princípios, normas e regras de Westfália, olvidados durante as duas grandes guerras do século XX. A crise econômica e social que predominou durante o Entre-Guerras e a difusão da ideologia socialista russa foram fatores que conduziram a uma escalada da tensão no continente europeu. Além disso, a derrota alemã fomentou o revanchismo no país, e a ascensão das ideologias extremistas viria a contribuir para a eclosão do conflito de 1939.

Os distúrbios causados pelas guerras no século XX contribuíram para a desintegração do mercado mundial, bem como para violações sem precedentes do sistema westfaliano. Isto foi observado, em particular, na Segunda Guerra Mundial. De acordo com Arrighi (1996):

Tal como as Guerras Napoleônicas, 150 anos antes, a Segunda Guerra Mundial funcionou como uma poderosa correia de transmissão para a revolução social que (...) espalhou-se por todo o mundo não ocidental (...). Sob o impacto conjunto da guerra e da revolução, os últimos remanescentes da ordem mundial do século XIX foram eliminados e, mais uma vez, a sociedade mundial pareceu achar-se num estado de desorganização irremediável (ARRIGHI, 1996, p.65).

Os EUA passariam então a perceber a necessidade de instaurar uma nova ordem mundial como parte de um interesse geral da comunidade internacional. Havia, de fato, uma enorme concentração de poder em suas mãos, uma vez que as potências europeias, incluindo a Alemanha e o Reino Unido, já estavam desgastadas por conta do conflito.

Era o início do mundo bipolar, onde apenas os EUA e a União Soviética figuravam no polo de superpotências. Como ao final da Segunda Guerra Mundial, o mundo estava dividido em dois polos ideológicos opostos, a centralização do poder financeiro nas mãos dos EUA foi ainda maior e estes passaram a desfrutar de um “monopólio da liquidez mundial” do ascendente movimento de saldos comerciais e de conta corrente.

Para Arrighi (1996), os EUA saíram beneficiados de um cenário de caos no sistema internacional, tal como seus predecessores haviam feito. Tanto maior era a turbulência no cenário internacional, maiores eram os benefícios auferidos pelo país, em razão de sua posição geopolítica privilegiada. Apesar desses benefícios, o isolacionismo político não podia mais ser sustentado, uma vez que dependia da crença de que o país era autossuficiente na manutenção de sua própria segurança. O isolacionismo norte-americano veio a ser rompido com a entrada do país na Segunda Guerra Mundial.

O sistema mundial bipolar assistiu, por sua vez, à construção de uma série de mecanismos institucionais e legais que serviram de alicerce para a difusão dos ideários norte-americanos, tais como a nova arquitetura do sistema financeiro internacional e o nascimento da ONU. O sistema de Bretton Woods correspondeu à fase inicial da hegemonia norte-americana, por meio da qual o dólar estava no centro do sistema financeiro internacional, equiparável ao ouro como moeda de troca. Seu declínio, por sua vez, marcou o início de um processo de financeirização mundial, marcado pelas políticas neoliberais dos governos da Inglaterra e EUA na década de 1980.

De acordo com Arrighi (1996), o declínio da hegemonia norte-americana ainda não vislumbra um fim. O colapso do sistema de Bretton Woods, as crises do petróleo dos anos de

1973 e 1979, o processo de desregulamentação financeira, empreendido por Margaret Thatcher e Ronald Reagan na década de 80, a crise de legitimidade dos EUA em razão da Guerra do Vietnã, entre outros fatores, marcam um período vigente de caos sistêmico.

É certo que, no pós-Guerra Fria, as novas dinâmicas de poder foram marcadas pela ascensão de blocos econômicos e pela consolidação da Ásia na economia mundial como polos de atração de investimentos, possibilitando a assimilação com o momento da ascensão de novos polos acumulação. De acordo com Arrighi (1996):

[...]no que concerne à expansão material da economia mundial capitalista, o capitalismo do leste asiático já passou a ocupar uma posição de liderança. Em 1980, o comércio pelo Pacífico começou a superar o do Atlântico em termos de valor. No fim da década, era uma vez e meia maior. Ao mesmo tempo, o comércio entre os países asiáticos da costa do Pacífico estava prestes a superar o valor do comércio por todo esse oceano (ARRIGHI, 1996, p.351).

A intensificação do fenômeno da globalização e a difusão dos fluxos financeiros são uma marca fundamental que passa a se desenhar no curso do ciclo hegemônico norte-americano. Arrighi (1996) centraliza sua atenção no movimento financeiro em direção à Ásia, que se intensificou, ainda no século XX, e continua bastante expressivo, a despeito da crise asiática da década de 1990.

Em obra mais recente, Arrighi (2008) passou a considerar a China como a principal candidata a ascender ao posto de locomotiva da economia mundial, graças ao desenvolvimento experimentado pelo país nas últimas décadas. A abertura econômica, o investimento em infraestrutura e a alta tecnologia possibilitaram ao país um rápido e alto índice de crescimento do PIB do país.

No entanto, apesar do tamanho da economia chinesa, o mundo conta hoje com diversos polos de poder econômico e financeiro, entre os quais se inserem Europa e Japão, além do grupo de países em desenvolvimento, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). A quantidade de poder de cada Estado ou região varia conforme seu papel no sistema internacional. Para Nye Jr. (2012, p.151), a atual crise sistêmica vislumbraria, então, “dois tipos de deslocamento de poder (...): transição de poder e difusão de poder”. A primeira ocorre entre Estados e a segunda é consideravelmente recente e própria da dinâmica da globalização e vislumbra a proliferação das informações.

Conclusão

A análise da perspectiva da Teoria dos Ciclos Hegemônicos de Arrighi aponta que desde a formação dos primeiros Estados modernos no sistema internacional, o surgimento ou declínio de uma hegemonia tem lugar em um contexto de reestruturações empreendidas por um novo ator hegemônico em detrimento do ator declinante. A estrutura fornecida pela ordem europeia e pela construção do Estado-nação representou um terreno adequado para o florescimento da economia e das finanças mundiais, processo precocemente verificado no contexto das cidades-Estado italianas, mas fortalecido com a assunção da hegemonia holandesa, marcada pela Paz de Westfália, e britânica, quando o processo de liberalização comercial e de expansão imperial atingiu um momento áureo.

Nesse contexto, a transição entre o capitalismo genovês e o capitalismo holandês foi marcada por uma situação de caos no contexto da Guerra dos Trinta Anos e, ao mesmo tempo, por um breve período de acumulação de capital, que gerou a impressão de que Gênova ainda estava no controle. Ao final do conflito, contudo, os Países Baixos emergiram como o centro das finanças internacionais. De modo semelhante, as guerras napoleônicas marcaram a transição do capitalismo holandês para o capitalismo inglês, e a *Pax Britannica* foi o longo e relativo período de paz que tomou conta da Europa durante a hegemonia da Grã-Bretanha. A Segunda Guerra Mundial marcou a transição entre o capitalismo inglês e o capitalismo norte-americano, gozando os EUA de uma posição sem precedentes no cenário internacional ao final do conflito.

Essa posição perde relativamente sua força absoluta no final do século XX com as sucessivas crises financeiras que marcaram a gestão do capitalismo norte-americano. No entanto, longe de apontar para a obliteração da hegemonia americana, alegado processo de declínio se mostra relativo quando tem ocorrido majoritariamente no campo econômico e financeiro, marcado por um processo de difusão de poder para outros polos do planeta, com ênfase para a dinâmica região asiática.

Dessa forma, embora não seja possível falar em um ciclo asiático de acumulação tomando forma até o presente momento, entre outros fatores, em razão da continuidade da centralidade do modelo econômico e político promovido e sustentado pelos Estados Unidos, é possível depreender, a partir da perspectiva crítica de Arrighi, que o atual processo de caos

sistêmico tem sido marcado por uma difusão de poder econômico e financeiro para outras regiões do mundo.

Referências

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

COX, Robert W. *Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method*. **Millennium**, 12, n. 2, 1983, p. 162-175.

DOUGHERTY, James; PFALTZGRAFF JR, Robert. **Relações internacionais: as teorias em confronto; um estudo detalhado**. Lisboa: Gradiva, 2003.

HENDLER, Bruno; REIS, Rafael. O Modelo Arrighiano e o Novo Caos: limites e possibilidades. In: Anais do IV Colóquio Brasileiro em Economia Política dos Sistemas Mundo. Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.gpepsm.ufsc.br/html/arquivos/o_modelo_arrighiano_e_o_novo_caos.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

IANNI, Octávio. **Teorias da globalização**. 9 ed. Rio de Janeiro: Brasileira, 2001.

JACKSON, Robert H; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

LITOWITZ, Douglas. Gramsci, Hegemony, and the Law. **Brigham Young University Law Review**, v.2000, n.2, 2000. Disponível em: <<http://lawreview.byu.edu/archives/2000/OLD/2.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações internacionais: teoria e historia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

NYE JR, Joseph S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

SADER, Emir. Hegemonía e contra-hegemonía. In: **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Ana Esther Ceceña (comp.). Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena2/Sader.rtf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. The Inter-State Structure of the Modern World-System. In: BOOTH, Ken; SMITH, Steve; ZALEWSKI, Marysia. **International Theory: Positivism &**

Beyond. Cambridge University Press, Cambridge, 1996.

Recebido em Agosto de 2014.

Publicado em Janeiro de 2015.